

Advertência, que não é nova, do ministro alemão.

Indiferente à nova geografia econômica mundial, caracterizada pela formação de grandes blocos supranacionais, a Assembléia Nacional Constituinte dá os últimos retoques em sua obra de fechamento do Brasil aos investimentos estrangeiros, cortando os principais vínculos que podem garantir o ingresso do País no pequeno círculo das nações desenvolvidas. Tudo se passa como se a maioria dos constituintes ignorasse completamente as estatísticas que mostram o acentuado declínio dos índices de crescimento e a violenta desaceleração dos investimentos públicos e privados, num processo que está fazendo a economia brasileira perder para a Espanha a condição de oitava do Ocidente.

Dentro de mais dois ou três anos, graças à arejada posição assumida em relação ao capital externo, a economia espanhola deverá ocupar o lugar do Brasil no ranking internacional, segundo prevê o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que também acredita na ascensão da Itália para o segundo lugar entre as economias européias.

É claro que em Brasília, isto é, na Constituinte, essas informações não chegam a impressionar nossos políticos pré-históricos, que se orgulham das distinções estabelecidas pelo novo texto constitucional entre empresa nacional e empresa estrangeira e do conjunto de restrições ao ingresso do capital e da tecnologia provenientes dos países desenvolvidos. O nacionalismo teimoso desses parlamentares se torna mais chocante ainda quando se considera a terrível miséria em que vive a maior parte da população, que só pode terminar com o enriquecimento do País, isto é, com um aumento das dimensões da nossa economia, que depende de um relacionamento mais intenso com os grandes blocos econômicos mundiais.

Advertências nesse sentido não têm faltado aos nossos constituintes, que, no entanto, se comportam como se fossem surdos aos anseios da sociedade e aos conselhos de especialistas que já estão antevendo as consequências desastrosas do fechamento da nossa economia.

Ainda na semana passada o ministro da Economia da República Federal da Alemanha, Martin Bangemann, na curta visita que fez a Brasília, procurava mostrar a importância de uma política econômica confiável, que mostre continuidade e permita previsões a longo prazo. Da mesma forma que outros visitantes estrangeiros, Bangemann criticou a decisão da Constituinte de discriminar as empresas estrangeiras, citando especificamente a preferência assegurada aos fornecedores nacionais nas compras feitas pelas empresas estatais. "Se a Telebrás só puder comprar aparelhos de telecomunicações das empresas nacionais, não é de surpreender que as empresas alemãs do setor no Brasil venham a sair da produção", advertiu ele. Contudo, em uma evidente demonstração de que acredita na vitória do bom senso, o ministro da Economia da Alemanha Ocidental revelou que existem empresas alemãs dispostas a formar joint-ventures com empresas estatais deficitárias que vierem a ser privatizadas.

Bangemann entende que cada país escolhe democraticamente a Constituição que lhe aprouver, mas como amigo ele se sente no dever de advertir sobre as consequências dessas restrições às empresas estrangeiras. Satisfeito por perceber que os ministros da área econômica e o presidente Sarney estão plenamente conscientes dos "efeitos deletérios" da nova Constituição, o ministro alemão lembrou a disputa existente hoje entre os países para receber investimentos externos, pois o capital de risco não aumenta a dívida, traz tecnologia e recursos humanos e ainda assegura a entrada em mercados dos países de origem.

Este último aspecto também não parece impressionar muito os nossos constituintes, que provavelmente não leram as declarações do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Peter McPherson, nas quais manifesta as preocupações do governo Reagan diante de um possível aumento do protecionismo depois da unificação dos mercados dos países da Comunidade Econômica Européia, em 1992. Os EUA temem que a Europa se concentre excessivamente na eliminação de barreiras internas ao comércio e ao investimento e negligencie as propostas de liberalização multilaterais a serem discutidas na Rodada do Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Naturalmente, um país como os Estados Unidos, dadas as dimensões da sua economia e a influência que ela exerce sobre as demais, têm condições de reagir a essa ameaça de protecionismo. Porém, como fica um país como o Brasil que não pertence a nenhum dos grandes blocos supranacionais (EUA, Canadá e México; CEE e África; Japão, Sudeste Asiático, China e Índia; e União Soviética e satélites da Europa Oriental)?

A resposta a essa pergunta depende da decisão final sobre as restrições ao capital estrangeiro contidas no projeto da nova Constituição. Se elas permanecerem, a economia brasileira ficará completamente marginalizada desses blocos, com o risco de se transformar na tão sonhada autarquia dos nacional-soberanistas. Mas se houver um mínimo de racionalidade, essas restrições ainda poderão ser suprimidas daquela que deve ser a lei maior para permitir o ingresso de capitais, tecnologia e recursos humanos, isto é, o rápido aumento dos investimentos externos privados no Brasil, que assim estará assegurando sua presença nos principais mercados do mundo. Somente assim será possível superar o problema da dívida externa, melhorar a qualidade de vida da população brasileira, combater a inflação mediante o aumento do grau de concorrência no mercado interno e promover a inadiável modernização da nossa indústria.

Teriam os autores da "Constituição dos Miseráveis" pensado nas consequências das suas irracionais decisões xenófobas? Ou será que o seu objetivo é mesmo a preservação da miséria e o distanciamento das nações modernas?